

## CASA FAMILIAR RURAL – EXPECTATIVA PARA FORMAÇÃO DO EMPRESÁRIO RURAL NO MUNICÍPIO DE RESERVA/PR

José Antônio Martins BARBOSA<sup>11</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como objetivo verificar por meio de pesquisa de campo com os alunos da Casa Familiar Rural, no município de Reserva/PR, a motivação quanto ao crescimento profissional desses alunos, sua capacitação técnica e sua formação como empresário do meio rural. A Pedagogia da Alternância como metodologia utilizada nas Casas Familiares Rurais tem sido apontada como excelente ferramenta utilizada para o ensino dos filhos dos produtores rurais, considerando que esse é um método alternado de trabalho no campo e de aprendizagem escolar. Nesse trabalho, são articulados o exercício da produção agrícola com a educação formal, contribuindo para a viabilização econômica da propriedade rural, para o aumento do nível de conhecimento da família e, principalmente, para o fortalecimento da identidade pessoal e comunitária dos jovens. Com isto, as possibilidades de abandono do trabalho rural para estudar são remotas, pois as condições para a formação intelectual e política do aluno acontecem conforme a sua realidade, de maneira a vincular o conhecimento teórico ao prático. Mediante abordagem junto aos atuais alunos da Casa Familiar Rural de Reserva, foi verificado que as escolas atendem às expectativas daqueles alunos que pretendem permanecer no campo e realizar-se profissionalmente como empresário rural.

**Palavras-chave:** Pedagogia da Alternância, Casa Familiar Rural, Formação intelectual e política do empresariado rural.

**ABSTRACT:** This article aims to verify through field research with the students of Casa Familiar Rural Reserve your motivation and your professional growth, their technical skills and his background as an entrepreneur in rural areas. The Pedagogy of Alternation as the methodology used in the Rural Family Houses has been identified as an excellent tool for teaching the children of farmers, since it is an alternate method of field work and school learning, which combines the work of production farm with formal education, contributing to the economic viability of rural property, increase the level of knowledge of the family, and especially strengthening the identity of the young person and community fiefdoms. With this, the possibility of abandonment of rural labor to study is remote, because the conditions for the intellectual and political place the student according to their reality in order to link theoretical knowledge to the practical. Upon approach to the current students at the Casa Familiar Rural Reserve was found that schools meet the expectations of those students who intend to stay in the field and carried out professionally and rural entrepreneurs.

**Keywords:** Pedagogy of Alternation. Rural Family House. Intellectual and policy of rural entrepreneurship.

### INTRODUÇÃO

O êxodo rural é considerado um dos mais graves problemas sociais de uma nação. Na década de 1960, o Brasil passou por um intenso processo de êxodo rural, quando trabalhadores rurais em busca de melhores remunerações, fuga das intempéries climáticas, substituição da mão de obra pelas máquinas agrícolas, evolução no estudo saíram do campo e vieram em busca de emprego nas grandes cidades.

---

<sup>11</sup> Acadêmico do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior - ESCAGE - Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - Ponta Grossa - PR-Brasil.  
E-mail: jbarbosa106@hotmail.com

Houve, nessa ocasião um caos social. As cidades, por um lado, ficaram superpopulosas, causando problemas de moradia, de atendimento à saúde, de falta de escolas, enfim esse caos abalou estruturas essenciais para o bom desenvolvimento de uma nação e a qualidade de vida da população, que apresenta sequelas até os dias de hoje. Por outro lado, os campos foram abandonados, a agricultura sofreu com a falta de mão de obra especializada, famílias ficaram desestruturadas (jovens foram para a cidade, ficando apenas os mais velhos no campo), a região empobreceu, pois, por causa da não produção das lavouras, os municípios não tinham mais arrecadação de impostos e, com isto, muitos municípios deixaram de existir economicamente.

No Brasil, as consequências do êxodo rural, iniciado há mais ou menos meio século, ainda tem sequelas sociais gravíssimas, como, por exemplo, as favelas que existem ainda hoje no Brasil. Algumas delas, até os dias de hoje, não possuem saneamento básico suficiente para atender à demanda; as escolas contam com alunos em excesso; os hospitais e o atendimento à saúde apresentam espaço físico e recursos humanos insuficientes para atender à demanda (MARQUES, 2002, p. 96-97).

Esses fatos justificam a iniciativa tanto do governo quanto da própria sociedade em buscar medidas alternativas para reverter esse quadro caótico, por meio do incentivo para que o trabalhador rural permaneça no campo e para que o setor rural faça parte da economia nas mesmas proporções que as indústrias e o comércio das cidades.

Entre essas iniciativas sobressai-se a Pedagogia de Alternância que, direcionada para a educação no campo, busca dar sustentação educacional para os jovens, filhos dos trabalhadores rurais, adquirirem conhecimento que possam contribuir para o desenvolvimento das atividades rurais e, com isso, dar sustentação econômica crescente às propriedades rurais, sem que os jovens sintam necessidade de imigrar para as cidades em busca de crescimento profissional ou econômico.

A Pedagogia da Alternância consagrou-se como uma forma de atender ao disposto no texto constitucional, ou seja, ser da responsabilidade do Estado e da sociedade dar acesso à educação a todos.

Neste artigo realiza-se um estudo de caso de uma casa familiar rural situada no município de Reserva, Estado do Paraná, que pratica a Pedagogia de Alternância, oferecendo aos alunos que a frequentam formação técnica, noções de empresariado rural e, principalmente, dando incentivo para que os trabalhadores rurais tornem sua atividade a fonte de sucesso profissional desejada.

Com breve exposição bibliográfica e documental sobre a educação rural e a Pedagogia da Alternância, foi descrito o funcionamento da escola em estudo, bem como a receptividade dos alunos que a frequentam frente a esta oportunidade que lhes é oferecida.

O norte da pesquisa, que deu ensejo à consecução dela, foi o levantamento da problemática: a escola rural que aplica a metodologia da Pedagogia da Alternância contribui para o jovem do meio rural

não trocar o campo pela cidade, sob a alegação de não ter expectativa de crescimento profissional, financeiro e reconhecimento como cidadão?

Os procedimentos metodológicos tiveram como objeto de estudo a abordagem de pesquisa qualitativa e quantitativa, na medida em que ambas deram subsídios para que fossem realizadas as análises dos dados coletados, quer seja pela abordagem direta com os alunos, quer seja pela pesquisa exploratória para a obtenção de informações. O objetivo principal com essa metodologia é verificar, por meio de pesquisa de campo, se os alunos que frequentam a Casa Familiar Rural de Reserva percebem a Pedagogia da Alternância como uma motivação para eles permanecerem no campo, buscando nas atividades agrícolas seu crescimento profissional, sua capacitação técnica e sua formação como empresário do meio rural.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1 EDUCAÇÃO RURAL

O Brasil é um país cuja economia é baseada na agricultura, mas tem relativa deficiência na esfera da educação no campo. Pode-se dizer que as primeiras iniciativas de levar a educação nas áreas rurais surgiram nas construções de escolas dentro das propriedades de grandes latifundiários que povoavam as regiões brasileiras. Contudo, acompanhando a trajetória histórica do sistema educacional brasileiro, não se percebe que houve interesse em institucionalizar essas escolas. Nas aulas ministradas para filhos de trabalhadores rurais não havia um estudo diferenciado para manutenção deles no campo, tal iniciativa, geralmente, era do próprio fazendeiro e não dos órgãos governamentais.

Essa situação se torna evidente quando é percebido que o sistema educacional brasileiro foi constituído levando-se em conta referenciais urbanos e com objetivos voltados ao capitalismo, não havendo, assim, meios de atender às especificidades do meio rural (PARANÁ, 2000).

Na realidade, a educação no campo ganha relevância institucional a partir de movimentos da reforma agrária. Entre as reivindicações dos movimentos sociais que foram promovidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais – MST – e outras organizações voltadas para a área rural, constava-se a necessidade de uma educação formal regulamentada com exclusividade para o aluno que vivia no campo. Assim, em 1997, foi realizado em Brasília o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA promovido pelo MST em parceria com: Universidade de Brasília – UnB, Fundo das Nações Unidas para a Infância e Juventude – UNICEF, Organização das Nações para a Educação e Cultura – UNESCO e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (Paraná, 2000).

Nesse encontro foram discutidas as possibilidades de se promover efetivamente a educação pública para a população rural. Essa efetividade significava um ensino voltado para o contexto do

trabalhador rural. Em 1998, conforme consta no Caderno 1 do Programa Articulação Paranaense (Paraná, 2000, p. 10): iniciou-se “estudo, debate e defesa do que viria a se evidenciar como um fenômeno, quem sabe como uma bandeira de luta, por uma Educação Básica do Campo”. Esse foi o primeiro de vários outros encontros que se realizaram tanto em níveis estaduais como regionais ou nacionais para discussão da educação do campo.

O resultado desses encontros foi a ampliação dos objetivos relacionados à educação formal para o campo. Constatou-se que essa educação deveria estar atrelada aos processos produtivos e culturais que envolvem os sujeitos do campo e que, por isto, o projeto político pedagógico deve ser estritamente direcionado para a educação do campo.

Segundo Molina e Jesus (2004), a educação do campo deve considerar aqueles que vivem no campo como sujeitos de direitos que devem ter assegurado seu espaço de produção como um território de relações sociais, de cultura, de relação com a natureza, enfim, como território de vida.

Na mesma linha de pensamento, Caldart (2004) conceitua a educação do campo como um processo de educação sob as condições de vida dos trabalhadores rurais, ou seja, uma educação política e pedagógica que envolve interesses sociais, políticos, culturais de um determinado grupo social. Uma educação que possui singularidades direcionadas “para sujeitos concretos inseridos em determinadas condições sociais de existência em um determinado tempo histórico” (CALDART, 2004, p. 8).

Esse direcionamento específico para determinado grupo social é promovido por uma educação que tem como maior defensor o educador Paulo Freire (1997), que defende a educação como um meio de os sujeitos suprirem suas necessidades para uma vida de qualidade.

Em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1997) apresenta um método de ensino em que é ensinando que se aprende e é aprendendo que se ensina, exigindo competência profissional e respeito mútuo entre educadores e educandos.

A educação do campo tem particularidades diferenciadas da educação dos centros urbanos, porque o trabalhador rural precisa reforçar sua autoestima, posicionando-se como sujeito que vive uma dimensão essencial de cidadania. Enquadram-se aqui as três matrizes formadoras do homem e defendidas por Paulo Freire (1997):

- 1ª matriz formadora pedagógica – o trabalho: é no trabalho que nos produzimos, nos formamos de forma mais radical. O ser humano vai se produzindo como humano à medida que produz. A escola deve recuperar os estreitos vínculos entre a escola e os processos de valores, produção, como núcleo fundante ou estruturante.

- 2ª matriz formadora: a terra: o educador é como o jardineiro: a grande maioria das metáforas da educação estão ligadas à terra. A ideia é a de que o ser humano, em sua conformação como humano, se aproxima da conformação da natureza;
- 3ª matriz formadora – a cultura: o ser humano é cultural, aprendeu a cultura. Cultura não como distração, festa, mas como vínculos estreitos entre cultura e valores, história, ciência, identidade e conhecimento.

Foi com base nessas matrizes da educação no campo que a Pedagogia da Alternância instituiu-se, conforme segue descrição adiante.

## 2.2 - ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

O sistema de ensino que promove a alternância entre escola e empresa está consagrando-se na área rural como Pedagogia da Alternância. Esse método de ensino surgiu da necessidade de os agricultores possuírem um tipo de formação que permitisse aos jovens uma aprendizagem teórico-prática que fosse útil para a exploração rural e, ao mesmo tempo, lhes concedesse uma formação geral e técnica.

No ano de 1935, em um povoado da França, a comunidade rural buscou solucionar o problema de “perder” seus filhos, que partiam para as áreas urbanas a procura de escolarização e, ao mesmo tempo, a procura de práticas do campo mais modernas, haja vista que as que havia em suas comunidades estavam desatualizadas em relação à evolução tecnológica, o que culminava em prejuízo considerável. Foram realizadas reuniões para resolver essa preocupação dos pais agricultores, o que culminou na criação da primeira Casa Familiar Rural, lá chamada de *Maison Familiale Rurale*, que se tornou o local onde os jovens filhos de agricultores “passavam duas semanas recebendo conhecimentos gerais e técnicos voltados para a realidade agrícola regional e duas semanas nas propriedades rurais, aplicando os conhecimentos recebidos. Tal prática foi chamada de ‘Pedagogia de Alternância’” (PASSADOR, 2000, p. 3).

Alternavam-se os momentos de aprendizado entre a escola e a casa dos alunos, assim, deu-se origem à Pedagogia da Alternância que, para Silva (2006, p. 17), ainda não foi elaborado um conceito específico, mas que significa o atendimento à Resolução CNE/CEB 001, de 03 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, quando determina que, para a educação no campo, sejam desenvolvidas

propostas pedagógicas [que valorizem] a organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de integração e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao

Essas propostas significam uma pedagogia detentora de instrumentos pedagógicos que possibilitem o desenvolvimento da Educação do Campo em todos os aspectos exigidos na legislação pertinente ao ensino formal.

Nos registros do Parecer CNE/CEB n. 1/2006:

A Pedagogia da Alternância vem se mostrando como a melhor alternativa para a Educação Básica, neste contexto, para os anos finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de nível médio, estabelecendo relação expressiva entre as três agências educativas – família, comunidade e escola (BRASIL, 2006, p.1).

Os movimentos em prol da educação no campo resultaram em ações das políticas públicas para que fosse realizado um método de ensino específico para os membros da área rural. Entre estas ações pode-se citar o Parecer n. 36, publicado em 04 de dezembro de 2001 e a Resolução n.1 de 03 de abril de 2002, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação CNE/CEB que instituíram as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, para definição de procedimentos concernentes à universalização do acesso da população rural na educação básica.

Em obediência a essas diretrizes, foram instituídas organizações que já desenvolviam experiências em Educação do Campo, sendo que a primeira edição foi publicada em 2003, com a participação de uma parceria formada pelo Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo - GPT e do MEC.

No Seminário Nacional de Educação Rural e Desenvolvimento Local Sustentável realizado em 2002, foi considerado o campo como um espaço heterogêneo, onde se

destaca a diversidade econômica, em função do engajamento das famílias em atividades agrícolas e não-agrícolas (pluriatividade), a presença de fecundos movimentos sociais, a multiculturalidade, as demandas por educação básica e a dinâmica que se estabelece no campo a partir da convivência com os meios de comunicação e a cultura letrada (BRASIL, 2002, p. 6)

Nesse Seminário, foi evidenciada a importância das atividades econômicas realizadas no campo e, por isto, a urgência em permitir o acesso à educação formal àqueles que labutam na área rural e têm dificuldades em frequentar aulas no perímetro urbano.

Nessas proposições foi instituído no artigo 28 da Lei 9.394/1995 - Lei de Diretrizes e Bases – LDB – a oferta da educação básica para a população rural, com um sistema diferenciado de ensino, direcionados essencialmente para as especificidades da área rural, com conteúdos apropriados aos interesses da zona rural (BRASIL, 1996).

Inclusive, é determinado um calendário especial que seja adequado às atividades da zona rural, conforme está preceituado no artigo 23 da LDB, “a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios.”

Pelas normas da Resolução CNE/CEB 0012002, o artigo 2º da LDB é reforçado nos termos,

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002).

Destaca-se no parágrafo único desse artigo que as especificidades de uma metodologia para o ensino no campo constituem-se uma forma do Estado propiciar qualidade de vida à população rural. Essa qualidade está imposta no artigo 3º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo,

Art. 3º O Poder Público, considerando a magnitude da importância da educação escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo paradigma tenha como referências a justiça social, a solidariedade e o diálogo entre todos, independente de sua inserção em áreas urbanas ou rurais, deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à Educação Básica e à Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL, 2002, p. 38).

Observa-se a preocupação do legislador em garantir que a população do campo tenha as mesmas condições de exercer sua cidadania plena que a população urbana. Isto é assim interpretado porque, segundo Silva (2006), houve no passado uma tendência generalizada em considerar que o homem do campo era um simples trabalhador braçal que não precisava estudar, não precisava de formação técnica, bastava que soubesse plantar ou cuidar de animais para viver no campo. Os pais tinham uma visão de que os filhos deveriam estudar em centros urbanos, porque não queriam a vida de campo para eles. Na tentativa de reverter essa cultura, houve um avanço no meio político essencialmente voltado para a educação no campo. As poucas escolas que foram inauguradas no meio rural só sobreviveram por muito tempo com o que era “lixo” para as escolas urbanas.

Na nova visão política contemplada nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo propõe-se “um maior aporte de recursos para prover as condições necessárias ao funcionamento de escolas do campo, tendo em vista, por exemplo, a menor densidade populacional e a relação professor/aluno” (BRASIL, 2002, p. 33)

A expectativa de promover a educação básica no campo ganhou espaço cada vez mais intenso, a ponto de passar a ser considerado o estudo para além da educação básica, pensando-se na formação escolar em todos os níveis, desde que não se separe a condição de vivência rural com a urbana em termos de promoção do bem-estar social e econômico em um país democrático de direito, como o Brasil.

Para agilizar essa perspectiva, passou-se a buscar no meio rural, parcerias do governo com empresas, com entidades públicas, enfim com aqueles que, de uma forma ou de outra, tivessem interesse em promover a educação formal em todos os níveis de ensino no campo. Seguiu-se nessa iniciativa a orientação do artigo 14 da LDB, que indica a garantia de uma gestão democrática nas escolas se existirem mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade (BRASIL, 1996).

Com isto, houve abertura para a sociedade mobilizar-se clamando por apoio para que a educação no campo fosse expandida para além da educação básica, promovendo cursos técnicos, cursos de níveis superiores que trouxessem maior apoio técnico e intelectual para os estudantes que trabalham na área rural. A base deste clamor foi o método da Pedagogia da Alternância que segundo Queiroz (2004) foi introduzida no Brasil em 1969, no Estado do Espírito Santo, como resultado do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo/MEPES. Mais tarde foi expandindo-se para os estados brasileiros do Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Ainda segundo Queiroz (2004), desde a implantação dessa prática no Brasil, houve várias experiências com a Pedagogia da Alternância organizadas tanto nas escolas quanto em lugares que não oferecem educação escolar. Entre as escolas, pode-se citar como forma de organização da experiência da

Pedagogia da Alternância as Casas Familiares Rurais – CFR – que, no ano de 2004, contava “com 91 centros, presentes em seis estados, desenvolvendo os anos finais (segundo segmento) do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível técnico” (QUEIROZ, 2004, p. 34).

Essas escolas fazem parte do Programa Casa Familiar Rural e tem como base o modelo associativo, que possibilita parceria das famílias, dos monitores e das organizações do meio local e regional e pratica uma metodologia de ensino embasada na Pedagogia de Alternância que, segundo Begnami (2006), é um sistema de ensino que estabelece inter-relação entre quatro componentes que formam toda a base da formação do aluno rural: (a) uma formação integral e personalizada que dá sustentação ao jovem ruralista planejar sua vida; (b) desenvolvimento do meio, quando o aluno adapta-se ao seu meio social, ao processo econômico em que se insere, ao ambiente político que envolve a atividade rural e ao ambiente essencial para sua vivência e atividade profissional; (c) a alternância que é uma metodologia apropriada às necessidades do aluno que aprende na escola e pratica em casa o conhecimento suficiente para desenvolver o negócio rural; (d) e a associação local que significa estabelecer parcerias entre famílias; instituições profissionais; governos, empresas e outras.

### 2.3- CASA FAMILIAR RURAL - CFR

As origens da Casa Familiar Rural – CFR, segundo relato de Ribeiro (2008), reportam-se às experiências da Pedagogia da Alternância na Europa, iniciadas no período entre guerras e expandidas no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Essas experiências foram organizadas em diferentes modelos, sendo que o modelo da CFR iniciou-se na França, no ano de 1935. Como já foi comentado, surgiu da preocupação dos agricultores em não afastar os filhos das atividades rurais no período de escolarização e também como uma forma de seus filhos estarem atualizados com a tecnologia para aplicar nas atividades rurais. A construção da primeira CFR foi iniciativa da Igreja Católica francesa que se uniu às famílias de agricultores para discutirem sobre a necessidade de os filhos de agricultores serem submetidos a uma educação diferenciada daquela oferecida pela escola tradicional. A partir de então, as entidades católicas articuladas aos poderes públicos buscaram implantar em zonas rurais um ensino adequado às necessidades do agricultor.

O projeto se expandiu e hoje [ano de 2000] a França conta com mais de quinhentas *Maisons Familiales*, atualmente voltadas para diversas áreas de conhecimento, da agricultura à mecânica avançada, que acolhem trinta e oito mil jovens e adultos. Outros vinte e dois países adotaram o projeto, com as mesmas características e propostas: a

Estevam (2003) relata que no Brasil, a Pedagogia da Alternância iniciou-se em um momento de crise econômica e social na década de 1960. Pela iniciativa de um padre Italiano, que deu apoio aos agricultores e mobilizou a comunidade na reivindicação de uma escola rural com o método da Pedagogia da Alternância. Assim, em 1968, foi implantada a primeira Escola Familiar Agrícola – EFA – no Espírito Santo.

Em 1980, surge um novo movimento organizado sob as determinações do Movimento Internacional *Maisons Familiales Rurales* - MFR's, coordenado por pedagógico francês. Assim, em 1981 foi inaugurada uma Casa Familiar Rural em Alagoas. Em 1984, outra CFR é inaugurada em Riacho das Almas - PE.

Em 1985 iniciaram-se as discussões sobre a implantação da CFR no Estado do Paraná, por meio de um Seminário Franco-Brasileiro, realizado na capital – Curitiba. Em 1989, foi inaugurada a primeira CFR no município de Barracão. Em 1990, nova CFR é inaugurada em Santo Antonio do Sudoeste, prosseguindo-se novas inaugurações em outros municípios do Estado do Paraná. Essa expansão de CFRs no Estado do Paraná culminou, no ano de 1991, na criação da Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil – ARCAFAR Sul<sup>12</sup> no município de Barracão, para coordenar os trabalhos de implantação, manutenção e acompanhamento dos projetos das CFRs e, ao mesmo tempo, difundir e garantir a proposta de formação através da Pedagogia da Alternância. A sede ARCAFAR Sul está em Barracão – PR.

No ano de 2001, foram iniciadas, no Estado do Paraná, as atividades do Centro Familiar de Formação por Alternância – CEFFAs - uma organização de nível nacional que coordena os trabalhos das ARCFARs. Essa parceria foi necessária pelo aumento expressivo da CFRs no sul do Brasil. Atualmente, existem na região sul do Brasil 67 CFRs, sendo 36 no Paraná, 25 em Santa Catarina e 6 no Rio Grande do Sul. No Brasil há um total de 248 CEFFAs.

Para Brandenburg e Ferreira (2004), a CFR consagrou-se como local que qualifica filhos de pequenos agricultores, geralmente aqueles agricultores familiares, ensinando-lhes a produzir em seu próprio ambiente e promover o uso eficiente dos recursos locais. Assim, a finalidade principal da CFR é apresentar

---

<sup>12</sup> ARCAFAR Sul é a sigla da Associação das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil, que foi criada em 1991, com a finalidade de coordenar os trabalhos de implantação, manutenção e acompanhamento dos projetos das CFR's, difundindo e garantindo a proposta de formação através da Pedagogia da Alternância. A sede ARCAFAR Sul é no município de Barracão – PR.

para os pequenos agricultores alternativas que possam ajudá-los a desenvolver a agricultura familiar, incentivando-os a permanecerem desenvolvendo agricultura familiar.

Nas CFRs, a proposta da educação é baseada nos métodos de Paulo Freire, buscando-se uma educação voltada às necessidades locais, e com convicção de que é possível mudar, que ensinando se aprende e aprendendo se ensina. Queiroz (2004, p. 24) comenta que a Pedagogia de Alternância nas CFRs consagra “a aproximação de dois lugares com suas lógicas diferentes e que “rompe com a dicotomia teoria e prática, abstrato e concreto, saberes formalizados e habilidades (saber – fazer), formação e produção, trabalho intelectual e trabalho físico (manual)”.

De acordo com os registros do Parecer n. 001/2006 da CNE/CEB, a duração das atividades de formação nas CFRs varia entre três a quatro anos, alternando-se em períodos em que os alunos passam na família/comunidade, duas semanas, e outro período de uma semana na CFR. Atendendo às determinações da LDB em relação ao calendário escolar, quando é elaborado nas CFRs, priorizam-se os aspectos: sociocultural, participativo e geográfico. A carga horária anual ultrapassa 200 dias letivos e 800 horas exigidas pela LDB.

Considera-se nas CFRs como horas e aulas atividades, não só os períodos vivenciados na escola, como também aqueles na família/comunidade, pois se entende que neste período desenvolvem-se trabalhos práticos e pesquisas. O Plano Curricular é formulado com base nos conteúdos definidos em nível nacional para o Ensino Fundamental ou Ensino Médio e ou Educação de Jovens e Adultos mais as matérias de ensino técnico, de acordo com as características de cada unidade educativa.

O método pedagógico para a execução do Plano de Estudo que inclui o período de semana na propriedade ou no meio profissional, oportuniza ao aluno aprender em sua realidade com a família, com os profissionais. Acredita-se que, assim, ele é induzido a refletir, planejar soluções, realizar experiência, ou seja, a promover um desenvolvimento local sustentável. Dentro das escolas, busca-se socializar o aluno para sua realidade em todos os aspectos, realizando-se pesquisas, trabalhos teóricos e programando ações práticas que se realizam enquanto eles permanecem em casa. Os instrumentos pedagógicos utilizados nas CFRs segundo o Parecer n. 01/2006 são:

- Plano de Formação;
- Plano de Estudo;
- Colocação em Comum – socialização e organização dos conhecimentos da realidade do aluno e do seu meio, que servem de base para o aprofundamento articulado nas várias áreas do saber; interdisciplinaridade;
- Caderno de Síntese da Realidade do Aluno (VIDA);

- Fichas Didáticas;
- Visitas de Estudo;
- Intervenções Externas – palestras, seminários, debates...
- Experiências / Projeto Profissional
- Visitas à Família do Aluno;
- Caderno de Acompanhamento da Alternância
- Avaliação - contínua e permanente (BRASIL, 2006, p. 5).

A orientação das atividades é dada por professores e monitores que são também chamados de formadores que acompanham, animam, dinamizam as atividades desenvolvidas nas CFRs, configurando-se como um catalisador da alternância, que tem como missão fazer a interação entre o aluno, a família, os líderes comunitários, os técnicos, as instituições e os professores para que o aprendizado aconteça. Esses profissionais têm por função organizar e dinamizar as atividades, convocando para auxiliá-los as entidades parceiras, como, por exemplo, a Associação de Pais. Segundo Passador (2000, p.7), esses monitores geralmente são ao mesmo técnicos (profissionais das ciências agrárias ou qualquer outra área de acordo com a necessidade da região), professores, educadores e animadores, exercendo um papel de muita relevância para o desenvolvimento de cada jovem, das famílias e de toda a comunidade. “Muitos destes monitores são engenheiros agrônomos ou médicos veterinários, alguns, inclusive, com pós-graduação, que se dedicam apaixonadamente ao Projeto.”

O Projeto Político Pedagógico das CFRs obedece à legislação específica da educação – a LDB – selecionando-se para a educação no campo em especial, os seguintes artigos:

- Artigo 22: a Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- Artigo 23: a educação Básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. (...)  
§ 2º: o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.
- Artigo 24: a educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I – a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

- Artigo 28: na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

- Artigo 34: a jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola (BRASIL, 1996).

Em relação à carga horária, as CFRs seguem as determinações do Parecer CNE/CEB n. 5/97: “oitocentas horas distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, está se referindo a oitocentas horas de sessenta minutos, ou seja, um total anual de 48.000 minutos” (BRASIL, 2007, p. 5). Nesse parecer, está registrado que os períodos de estudo em casa ou em empresas fazem parte desta carga horária. O documento assim especifica:

Não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a Lei. Esta se caracterizará por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados. Os duzentos dias letivos e às oitocentas horas anuais englobarão todo esse conjunto (BRASIL, 2007, p.5).

Assim funcionam as CFRs de um modo geral. Contudo, em cada região onde elas são implantadas há alguma especificação típica, como é o caso das CFRs do Estado do Paraná, foco do presente trabalho. Entre as CFRs paranaenses foi escolhida a CFR de Reserva, conforme descrito nos procedimentos metodológico a seguir.

### 3- METODOLOGIA

### 3.1 - PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Toda pesquisa para a realização de um trabalho científico deve seguir uma metodologia que torne possível atingir os objetivos propostos e, ao mesmo tempo, atender aos critérios de eficácia e confiabilidade de informação. Portanto, na elaboração do estudo realizado neste artigo foram delineadas técnicas, métodos e definidos os sujeitos de forma a apresentar resultados que permitiram o entendimento científico do tema tratado.

Para tanto, foi necessário construir um objeto de pesquisa, ou seja, selecionar uma fração da realidade, a partir do referencial teórico escolhido. Este objeto foi a Casa Família Rural, do município de Reserva/ PR, que atende a população da área rural no que concerne a oferta de educação nos moldes da Pedagogia da Alternância.

Destaca-se que foi fundamental para a abordagem junto aos sujeitos pesquisados o conhecimento prévio sobre o sistema educacional ofertado para a população rural. Essa abordagem, ao mesmo tempo em que foi quantitativa, foi também qualitativa, pois não só permitiu traduzir em números as informações como também foi percebida uma relação dinâmica entre a realidade dos alunos com as pretensões das políticas educacionais. Assim, os resultados foram apresentados tanto em forma de percentuais quanto em significados dos fenômenos que foram observados no ambiente natural do objeto da pesquisa.

Em relação ao objetivo da pesquisa, ela foi exploratória descritiva. Exploratória porque a apropriação de conhecimento sobre o tema iniciou com a pesquisa bibliográfica, seguida de entrevistas com alunos que ainda estão frequentando a Casa da Família Rural de Reserva, configurando-se assim um estudo de caso. Descritiva porque foi utilizado um questionário para abordar os sujeitos da pesquisa e, com as informações obtidas, foi possível descrever o confronto da realidade com as perspectivas da educação no campo.

Ao procedimento técnico, além da pesquisa bibliográfica, foi acrescentada à pesquisa documental, buscando-se em material já publicado conhecer os elementos constitutivos do tema proposto e também conhecer leis e regulamentos que caracterizam a educação no campo como um compromisso da sociedade e do Estado com a regra constitucional de acesso a todos para a educação.

Foi realizado um estudo de caso, com o objetivo de verificar como é a prática escolar no município de Reserva/PR, onde existe o sistema de ensino para os filhos dos agricultores da região.

A abordagem aconteceu junto a 40 alunos, que estão matriculados e frequentaram a escola no ano letivo de 2011. Foi utilizado um questionário com 13 perguntas abertas e fechadas, visando propiciar a liberdade dos entrevistados em expressarem sua opinião.

Destaca-se que foi fundamental o tema ser vinculado a uma área de conhecimento com a qual o pesquisador já tinha alguma intimidade, pelo fato de ele trabalhar diretamente com a população rural, pois bastou intensificar esse conhecimento com leitura específica e vinculada à oferta de educação formal para a população rural.

Assim, nesse espaço, serão apresentadas todas as determinações técnicas e metodológicas aplicadas na pesquisa e no desenvolvimento do tema, que forneceram bases para a análise e apresentação dos resultados.

### 3.2- UNIVERSO PESQUISADO

A Casa Familiar Rural do município de Reserva, Estado do Paraná foi fundada em julho de 1997, no distrito denominado José Lacerda, distante 25 km da sede do município de Reserva.

No ano de 1999, houve a formação da primeira turma em escolarização formal. No período de 2000 a 2001 a casa manteve-se fechada. No ano de 2002, as atividades foram reiniciadas em outro local, no Centro de Treinamento Homem do Campo, localizado na Rodovia PR-239, Km 3.

A partir do ano de 2006, foi firmado convênio com a ARCAFAR-SUL e a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná - SEED/PR.

Nesse convênio, além da sustentação de coordenação e organização prometida pela ARCAFAR-SUL, a SEED tornou-se responsável em prover a CFR de Reserva com professores da rede de ensino público, consolidando o ensino regular com a disponibilidade do ensino fundamental e curso de qualificação em agricultura.

A partir de 2008, por conta do aumento de escolas municipais estendidas para a área rural, extinguiu-se gradativamente o ensino fundamental e, atualmente, trabalha-se na casa com ensino médio e com curso de qualificação em agricultura integrada.

Atualmente, estudam na casa 55 jovens em formação. Formaram-se até o momento 56 jovens.

O método de ensino da CFR de Reserva inicia-se por meio de um diagnóstico realizado nas comunidades das regiões agrícolas no entorno do município de Reserva, quando se verificam os aspectos que envolvem as pessoas e as atividades produtivas ou não, pontuando-se problemas e soluções possíveis.

Feito esse diagnóstico, é realizada uma reunião com os monitores e as lideranças que trabalham com a agricultura familiar para fazerem um planejamento e definirem os temas que dão ensejo a aprendizagem (Plano de Formação). Esse planejamento é realizado de acordo com o calendário agrícola e serve de base para o Plano de Estudo que irá induzir os alunos a realizarem pesquisa de sua realidade junto à família e a comunidade.

A realização do trabalho pedagógico se faz por intermédio de Cadernos Pedagógicos (Caderno de Acompanhamento da Alternância), que são produzidos em consonância com a realidade diagnosticada. Grande parte desses cadernos é construída pelos alunos durante as atividades supervisionadas pelos monitores e professores. Assim, os conhecimentos técnicos, os conteúdos de formação geral, os aspectos sociais e humanos, tais como aprender a trabalhar em equipe, tudo isso se configura como uma forma interdisciplinar de promover o aprendizado.

Pratica-se a Pedagogia da Alternância, baseada na realidade dos alunos, vinculando conhecimento teórico e prático, o que significa "aprender a aprender" conforme apregoa Paulo Freire. Uma das características marcantes da CFR de Reserva é estabelecer um primeiro contato com o aluno de forma individualizada, construindo o Caderno de Síntese da Realidade do Aluno (Vida), para situar professores e monitores na realidade de cada um deles. Durante o percurso das aulas, há alternância do período passado em casa com o período de desenvolvimento do estudo em sala de aula. O aluno passa uma semana na escola e duas semanas em casa. Desta forma, a carga horária dos três anos de curso, corresponde a 397 semanas (10 meses) longe de sua propriedade rural, mas mantendo os vínculos com a família, com a propriedade e com a comunidade.

Cada aluno repassa o que foi feito em casa, fornecendo material para o monitor ou o professor construir as fichas didáticas que são a base para programar o ensino a ser aplicado em sala de aula.

Há ainda um outro sistema de ensino - Visita de Estudo - quando todos – alunos, professores e monitores – fazem visita em uma propriedade que está no momento desenvolvendo uma atividade referente ao tema gerador, por exemplo, plantio direto da cultura de soja. Nessa propriedade, os alunos têm uma aula de campo, onde podem fazer perguntas, refletir, sugerir, interferir com seus conhecimentos, enfim, estabelecerem uma troca do que já sabem, com aquilo que ainda é novo para eles. Pode acontecer junto a essa visita, o comparecimento de técnicos das mais diversas áreas de interesse dos alunos para fazerem palestras ou explicar algum novo conhecimento ou como realizar a prática, isto é, o procedimento da intervenção externa. Após essas visitas, os alunos se autoavaliam e avaliam tudo aquilo que conseguiram aprender (experiência do aluno), em um trabalho de equipe, em que todos dão opinião e oferecem sugestões e fazem comentários tanto positivos, quanto negativos sobre aquilo que conheceram.

Outro momento que acontece na CFR são as visitas à família do aluno, quando todos os agentes da equipe para a qual o aluno trabalha vão conhecer a realidade de cada um, bem como estabelecer uma integração com a família, que deve estar sempre participando do que acontece na CFR.

Na avaliação, que é contínua e permanente verificam-se os pontos que devem ter um estudo mais aprofundado, dando parâmetros para novos conteúdos a serem planejados de forma a que estabeleçam

relação com as práticas e com o conhecimento que o aluno adquiriu na visita. Percebe-se assim, que não existe um método rígido, pronto e acabado na CFR.

#### 4- RESULTADOS E DISCUSSÃO

A abordagem junto aos alunos da CFR de Reserva/PR teve como objetivo principal verificar qual a situação socioeconômica dos alunos, como está sendo a receptividade da escola na comunidade e como ela pode contribuir efetivamente para o desenvolvimento ensejado pela população rural da região.

Nos tópicos a seguir foram apresentados os resultados obtidos com as respostas do questionário, que foi o instrumento utilizado para o levantamento dos dados.

##### 4.1- PERFIS SÓCIOS ECONOMICO DOS ALUNOS

A realização da pesquisa ocorreu nas segundas e terceiras séries do Ensino Médio e Técnico Profissional da Escola Rural de Reserva, com alunos na faixa etária entre 15 a 25 anos. Do total de entrevistados 70% estão na segunda série e 30% na terceira série, conforme se observa no Gráfico 1, a seguir.

A maioria dos alunos da segunda série está na faixa etária entre 15 e 16 anos (90%), sendo que a minoria (10%) está com idade acima da média. Ressalva-se que a idade máxima encontrada foi de 17 anos e a mínima de 15 anos. As idades mais avançadas são observadas na terceira série. Nota-se que a maioria dos alunos está na faixa etária correta para o Ensino Médio, não se observando uma tendência generalizada de alunos repetentes ou que desistiram de estudar por determinado tempo. Em um processo sem repetência, o ensino fundamental encerra-se com o aluno na idade aproximada de 14 a 15 anos, entrando eles no ensino médio aos 15 a 16 anos aproximadamente.

Em relação ao sexo, observa-se no Gráfico 2 que grande parte dos alunos são do sexo masculino (62%), contudo o índice de sexo feminino não é desprezível (38%), considerando que existe uma tendência generalizada em considerar o trabalho agrícola especializado somente para homens.

Quando existia Colégio Agrícola em Ponta Grossa/PR, na década de 1970, o curso técnico agrícola só era ofertado para pessoas do sexo masculino. Para as alunas do sexo feminino era ofertado, no mesmo colégio, o curso de Economia Doméstica. Apesar de passadas quatro décadas, ainda se preserva o pensamento de que a agricultura é para homem, mas as jovens alunas que se candidatam a cursos técnicos agrícolas estão gradativamente desmistificando essa tendência.

Em relação à renda familiar, a maioria dos alunos da CFR de Reserva está na faixa de 1 a 2 salários mínimos (43% e 50% respectivamente), sendo que apenas 7% deles têm renda familiar entre 2 a 5

salários mínimos, conforme demonstra o Gráfico 3. Isto revela que os alunos vêm de famílias com renda familiar que não lhes permite estudar em centro urbano. As dificuldades financeiras não permitiriam sustentar um filho fora de casa, e geralmente em uma família há mais de um.

Aqui se percebe o preenchimento de um dos objetivos da CFR de Reserva, que é o da sustentação para que os filhos dos pequenos agricultores tenham acesso à escola e consigam adquirir conhecimento para ajudar a melhorar o nível de vida da família.

Observa-se no Gráfico 4 que a renda familiar descrita pelos alunos é na maioria originária da agricultura (46%) e da pecuária (23%), ambas essencialmente da área rural. O restante (31%) representa os trabalhos extras, como artesanato, prestação de serviços domésticos, mas são atividades paralelas à agricultura. Nesses percentuais, muitas famílias trabalham tanto na agricultura, quanto na pecuária, quanto, ainda, em outras atividades.

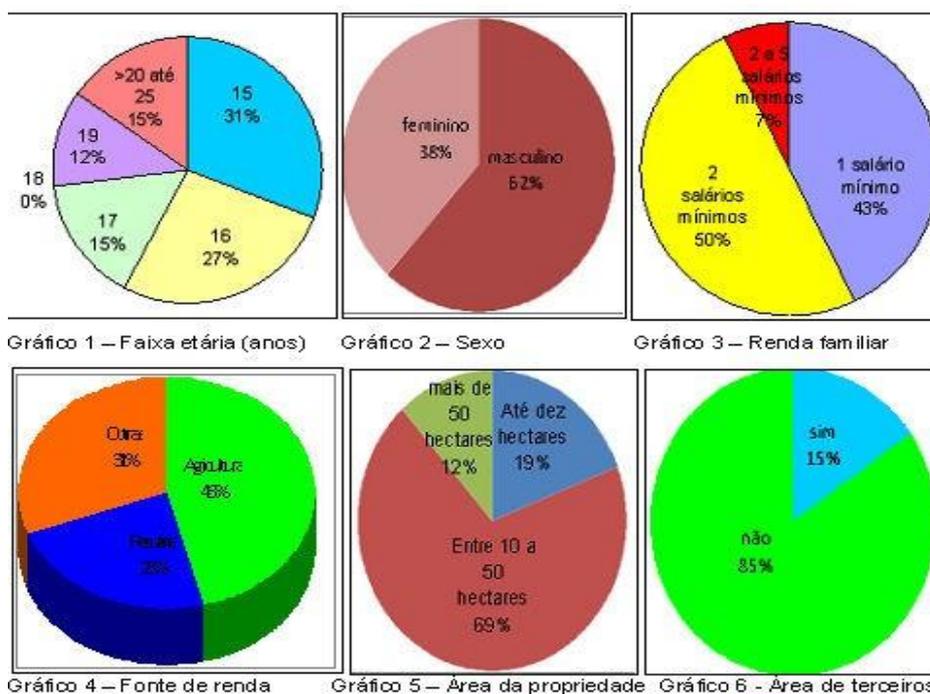
Dados revelados no Gráfico 5 expõem que a propriedade dos pais dos alunos, na maioria está entre 10 a 50 hectares (69%), e um índice expressivo de até 10 hectares (19%), sendo que a minoria possui acima de 50 hectares (12%).

Esses dados foram observados quando da decisão de fundar as CFRs em algumas regiões do Estado do Paraná, incluindo o município de Reserva. O comprometimento da educação do campo é com o desenvolvimento local; ou seja, o de possibilitar às famílias de agricultores progredirem no campo, em sua própria terra, ainda que sejam pequenos agricultores, as possibilidades de progredir com assistência técnica adequada e com uma visão administrativa correta, as chances de progresso aumentam.

Registros da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - AMSOP (2008) revelam que a região sudoeste do Estado do Paraná é formada por pequenas propriedades, sendo que 93% das propriedades rurais possuem menos de 50 hectares e ocupam 58% da área. Esses dados indicam que há intensa área exclusivamente formada pela agricultura familiar.

No município de Reserva essa característica de agricultura familiar é visível pelo resultado apresentado no Gráfico 6, quando é observado que 85% dos alunos declaram que não têm área arrendada, não trabalham para terceiros, e o restante, (15%), alega trabalhar esporadicamente, não sendo uma prática comum na região.

A seguir, o conjunto de gráficos, cujos aspectos foram analisados até agora, a saber: faixa etária, sexo, renda familiar, fonte de renda, área da propriedade e área de terceiros, encontra-se organizado abaixo:



Fonte: Questionários preenchidos pelos alunos sujeitos da pesquisa

Traçado o perfil socioeconômico dos alunos da CFR de Reserva, foi importante verificar que eles são jovens oriundos de tradicional família de agricultores, ou seja, se seus pais não são apenas exploradores, conforme mostra o Gráfico 7. A maioria das famílias já reside na região rural há mais de 15 anos (65%) e 31% delas estão na atividade agrícola entre 5 a 15 anos. Apenas 4% responderam que estão há menos de 5 anos na comunidade. Destaca-se que entre os que declararam estar há mais de 15 anos, constam aqueles que possuem a propriedade há muito mais tempo, vindo de herança de avós, bisavós dos seus pais. Denota-se que são famílias que estão na área rural como uma opção de vida, que estão dispostos a lutar para manterem-se no local, muitos já tentaram morar em região urbana e voltaram para suas terras para continuar a cultivar.

As atividades dos agricultores de Reserva consistem no plantio de grãos, hortaliças e pecuária. Em relação ao cultivo de grãos, conforme registro do Gráfico 8, a opção da maioria (46%) é pelo milho, seguido de perto pelo plantio de feijão (35%). O cultivo da soja é bastante restrito, ou seja, apenas 4% o fazem.

As outras culturas cultivadas abrangem 15% dos agricultores, sendo que prevalece o cultivo da aveia nessa modalidade. Destaca-se que alguns agricultores fazem o cultivo de mais de um tipo de grão e que existem aqueles que não fazem nenhum cultivo, trabalham somente na agropecuária.

Em relação à pecuária, no Gráfico 9, verifica-se que essa é uma atividade bastante variada, pois a maioria (53%) dividiu suas respostas entre peixes, ovelhas e outros animais. A predominância (27%) é pela criação de aves e suínos, seguida de bovinos de leite (12%) e bovinos de corte (8%).

O trabalho com hortaliças e frutíferas também é realizado pela comunidade rural de Reserva, conforme registro do Gráfico 10, observa-se que 96% das famílias destinam parte de suas terras para plantio de verduras e frutas, percebendo-se que tal cultivo tanto é para consumo próprio como para suprir a região com seus produtos. Isso denota a típica agricultura familiar, onde é recomendável que o agricultor busque sua manutenção na própria lavoura, evitando gastos desnecessários com compras de alimento.

O conjunto de gráficos abaixo ilustra os aspectos analisados até aqui, a saber: o tempo de atividade agrícola da família, o cultivo de grãos, a atividade pecuária e o cultivo de hortaliças e frutíferas.

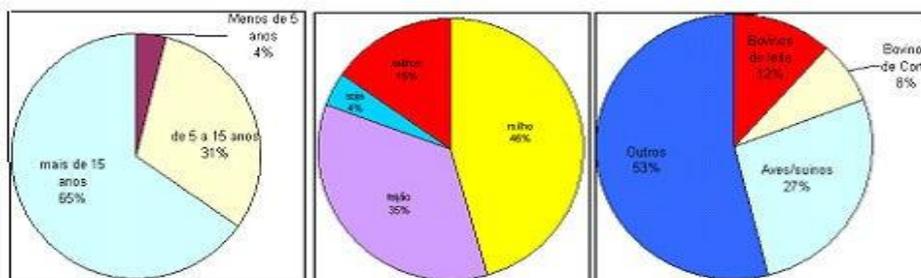


Gráfico 7 – Tempo de atividade Agrícola da família      Gráfico 8 – Cultivo de grãos      Gráfico 9 - Atividade pecuária

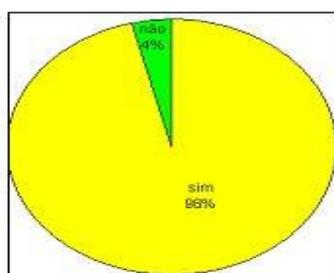


Gráfico 10 Cultivo hortaliças e frutíferas

Fonte: Questionários preenchidos pelos alunos sujeitos da pesquisa

De acordo as atividades exercidas pelas famílias dos alunos, estabelecem-se as condições de vida que eles levam. No objetivo da CFR de disponibilizar conhecimentos para que os alunos consigam proporcionar qualidade de vida para si e para suas famílias, foi importante observar, pelo Gráfico 11 abaixo que, apesar de a maioria (31%) das famílias possuírem apenas 3 pessoas na composição familiar, um índice expressivo (27%) aponta que existem mais de 6 pessoas compondo a família. Comparando com a questão sobre o tamanho da propriedade, quando a maioria relata possuir entre 10 a 50 hectares, pode-se deduzir que grande parte das propriedades possui pouca terra para muita gente, ou seja, que a família pode estar necessitando de expandir suas propriedades para abrigar adequadamente todos os seus membros e, ao mesmo tempo, de produzir com maior intensidade para cobrir as necessidades financeiras de todos os membros da família, conforme mostra o Gráfico 11 a seguir:

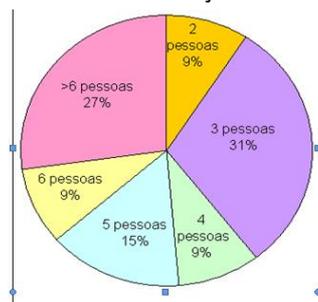


Gráfico 11- Número de pessoas na família

Fonte: Questionário preenchido pelos alunos sujeitos da pesquisa

Levantando a questão da qualidade de vida que as CFRs podem proporcionar às famílias ruralistas, busca-se verificar quanto os alunos concordam com esta contribuição, quando em confronto com seus anseios futuros.

Questionados sobre seu futuro, após o término dos estudos na CFR, 69% dos alunos pretendem permanecer na propriedade e 31% pretendem sair da área rural e buscar novas oportunidades na área urbana, conforme está registrado no Gráfico 12.

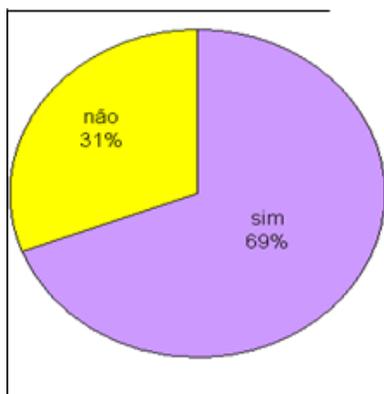


Gráfico 12 – Opção em continuar na propriedade rural

Fonte: Questionário preenchido pelos alunos sujeitos da pesquisa

Para aqueles que optaram ficar na propriedade, foi fornecido um rol de motivos transcritos na Tabela 1 que poderiam interferir para que houvesse melhoria de vida. Destaca-se que um mesmo aluno pode assinalar mais de uma opção, havendo aqueles que assinalaram todas.

Observa-se que a continuação do estudo que possibilita o nível superior de ensino é anseio da maioria dos alunos entrevistados, sendo considerado este um dos principais motivos que levam os jovens agricultores para a área urbana, abandonando a lavoura. Tal fato acaba prejudicando seus pais de desenvolverem suas propriedades

Com o mesmo índice de 17%, os alunos consideram que a não valorização do produto é causa de muitos dissabores em suas vidas profissionais e, por isto, muitos jovens optam em mudar para a área urbana, a fim de buscar outras profissões, aprofundando mais seu conhecimento em outras áreas que não a agrícola.

Um dos agravantes para os agricultores é a política de preços e juros que não tem um controle rígido ou não acompanha as quedas do preço dos produtos, ou das frustrações de safra, ou, até mesmo, faltam subsídios ou descontos para o pequeno agricultor adquirir aquilo que é necessário para progredir. Daí a justificativa de 12% assinalarem esse item.

Na mesma faixa de 12%, os alunos revelam sua incerteza na política de preço dos produtos, que sempre foi e continua sendo a maior preocupação dos agricultores. Para o grande agricultor, existem meios de garantir preços no mercado de agronegócios, como, por exemplo, o uso de derivativos. No entanto, é um processo complexo que demanda muito conhecimento, fator que os pequenos agricultores não possuem e, ao mesmo tempo, a falta de informação também prejudica. Nesse sentido, a escolaridade e o aprendizado que o aluno recebe na CFR podem contribuir expressivamente para que os filhos dos agricultores possam buscar meios para garantir o preço de seus produtos.

Com um percentual de 11%, os alunos consideram importante fazer parte de uma associação cooperativa atuante. De fato, inclusive a garantia de preço, se planejada em uma cooperativa, tem maiores chances de dar certo. Um aspecto importante nas diretrizes curriculares que norteia a metodologia da CFR, é que a associação, ou cooperativa, pode ser realizada pelo próprio aluno, em parceria com entidades interessadas, desde que a CFR conduza os ensinamentos realizados durante o curso em direção à liderança, à criatividade, aos conhecimentos técnicos e práticos suficientes para o aluno ter criatividade, ser crítico e, sobretudo, que saiba direcionar sua vida para o desenvolvimento e progresso profissional e econômico.

Uma parte dos alunos (9%) considera importante que todas as esferas do governo contribuam com maior qualidade de vida para os pequenos agricultores, dando-lhes apoio com políticas direcionadas à fixação do agricultor ao campo, sem necessidade de buscar melhoria de vida na área urbana.

Entre 7% e 8% dos alunos consideram que a melhoria de vida para sua família seria a aquisição de uma propriedade maior, ainda que esta aquisição fosse por meio de financiamento. Entre os objetivos da CFR está o aprendizado do aluno para trabalhar em equipe, em parceria, assim ele poderia adquirir capacidade de expandir sua produção, mediante maior uso de tecnologia, de aproveitamento de terra ociosa ainda que seja arrendada, enfim, de planejar formas de a cultura dar maior lucro, por meio da formação de associações que possibilitem maior poder de negociação. Todos esses aspectos, enfim, possibilitariam a prática de uma gestão administrativa adequada à sua produção.

A garantia de renda mínima é outro fator que 7% dos alunos afirmaram possibilitar maior qualidade de vida, considerando que muitos agricultores não têm um valor mensal para sua manutenção, somente no final da safra, ou na venda dos animais, que demandam certo tempo de cria para serem vendidos. Contudo, esse é outro item que pode ser resolvido com uma gestão administrativa adequada.

Tabela 1 – Índice da percepção dos alunos nos motivos que interferem na qualidade de vida no campo

<u>Motivos que interferem na permanência dos alunos na área</u>	<u>%</u>
Cursar a faculdade no mesmo sistema da casa familiar rural, por meio da Pedagogia da Alternância	17%
Valorização do agricultor	17%
Facilidade maior na aquisição de insumos e máquinas	12%
Garantia de compra de meus produtos	12%
Fazer parte de uma associação ou cooperativa atuante	11%
Maior apoio por parte dos governos municipais, estaduais e federais	9%
Financiamento para compra de mais área	8%
Garantia de uma renda mínima	7%
<u>Adquirir uma propriedade maior</u>	<u>7%</u>

Para aqueles alunos que responderam não ter intenção de continuar na área rural depois do término dos estudos na CFR, foram elencados na Tabela 2 os motivos que os levaram a realizar essa escolha. A maioria demonstra não ter esperança de melhorar de vida com a agricultura, pois 22% declararam que a produção não tem seu devido valor. Os produtos dão trabalho, custos e na hora da venda o pequeno agricultor sente-se lesado. É justamente neste ponto que a CFR pretende contribuir para que o agricultor saiba como negociar, que aprenda a diminuir custos e obter mais lucro, influenciar os jovens a não fugirem dos problemas, pois isso não resolverá as questões da área agrícola, mas sim que eles precisam aprender a se defender, conhecer o que vendem e como fazer para que gere lucro.

A desvalorização do profissional agricultor foi marcada por 14% dos alunos como motivo de não quererem continuar no campo. Os monitores, assistentes técnicos, professores, a comunidade rural, enfim todos os envolvidos com a agricultura e conhecedores das consequências que o êxodo rural pode trazer para a agricultura, durante as aulas na CFR tentam mostrar que é o próprio aluno que pode reverter essa situação, ficando na área rural e mostrando conhecimento daquilo que produz com eficiência e eficácia.

Aqueles que responderam que os motivos que os levam para a área urbana seriam a falta de vocação para ser agricultor (14%), não ter opções de lazer (9%), não ter internet (8%). Esses motivos demonstram a imaturidade do jovem aluno, na medida em que na idade em que estão, a maioria entre 15 e 17 anos, esses jovens enfrentam momentos da adolescência que os deixam inseguros e insatisfeitos com a vida que levam. Acredita-se que com idade mais avançada, com mais maturidade, esses alunos possam repensar seu posicionamento.

A reclamação de 9% dos entrevistados pela vida no campo é a falta de acesso a financiamento, vindo de encontro à questão anterior que pede maior participação e apoio das três esferas do governo para que a vida no campo se torne agradável, a ponto de reter os trabalhadores agrícolas na área rural.

Com 9% de reclamação, os alunos revelam que estão insatisfeitos com o fato de não terem representante na sociedade civil organizada. A CFR ao estabelecer parcerias com empresas, com entidades governamentais, com sindicatos, está trabalhando no sentido de estabelecer esta representação na sociedade civil organizada, precisando, contudo, de uma maior participação da comunidade rural, para que ela se faça ouvir ao demarcar seu espaço na sociedade civil.

Motivos que contribuem para a não permanência do aluno na área rural	%
A produção não tem o seu devido valor	22%
Propriedade pequena para o tamanho de minha família	14%
Não sou valorizado como agricultor	14%
Não tenho vocação para a agricultura	14%
Como produtor não tenho acesso a financiamento	9%
O agricultor não tem representante na sociedade civil organizada	9%
Não tenho opções de lazer	9%
Não tenho acesso à internet	8%

A realidade da área rural da região de Reserva, no Estado do Paraná, é de agricultores com pequenas áreas de terra para cultivar, por vezes insuficientes para manutenção adequada de sua família. Caracteriza-se em sua maioria com agricultura familiar, necessitando, portanto, do trabalho de todos os membros da família para realizar as atividades dentro de suas propriedades.

Configura-se então um aspecto negativo, que é a expectativa dos alunos de estudar na área urbana. A importância da CFR é permitir ao jovem agricultor não só permanecer junto a sua família, na própria comunidade, auxiliando-a com seu trabalho, como também estudar e adquirir conhecimento adequado para seu desenvolvimento profissional e financeiro.

Se na década de 1960 não houve nenhuma iniciativa para evitar o êxodo rural, que culminou em desastres não só na área rural como também na área urbana, diminuindo drasticamente a qualidade de vida de muitas famílias, hoje, as CFRs podem contribuir para evitar, de forma eficaz, que isso aconteça novamente.

Na entrevista com os alunos, foi solicitada a opinião de cada um deles a respeito de a CFR, por meio do uso do método da Pedagogia da Alternância, ter contribuído para a permanência deles no campo.

Todos os alunos concordaram que a CFR contribuiu, por diversos motivos, os quais foram sintetizados e estão aqui expostos:

- Estudo e trabalho ao mesmo tempo sem interferir na produção da propriedade;
- Aquisição de qualificação como agricultor, deixa de ser a pessoa que “lida na roça” para ser o profissional agricultor;
- Facilitar o acesso a linha de crédito que é uma reivindicação antiga dos pequenos agricultores que até o momento é difícil de obter;
- Grandes incentivos para que os pequenos agricultores não abandonem a área rural;
- Conhecimentos para o desenvolvimento da propriedade;
- Aprendizado essencial para melhor produzir e alavancar os negócios da propriedade;
- Fazer uso da tecnologia e técnicas que levam à melhor produção com menor custo;
- Conhecer melhor a potencialidade de produção da propriedade;
- Incentivar e ensinar a trabalhar com cooperativas e parcerias.

Na manifestação dos alunos só houve uma negativa, quando o aluno reclamou que a CFR não oferece conhecimento em todas as áreas, ficando restrita àquelas mais comuns, prejudicando quem pratica uma atividade diferenciada.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado para a consecução do presente artigo revela a importância das CFRs para valorização do agricultor e para que este prestigie seu trabalho no campo sem se sentir inferior aos demais profissionais. Dizem que o que move a economia de um país é a atividade agrícola, contudo, quando a mídia divulga as grandes produções de grãos, ou a exportação de carne de qualidade, esquece-se do maior responsável por isso – o agricultor. É a ela que se devem os tributos, por isto a importância das CFRs.

Com o método da Pedagogia da Alternância, as CFRs instaladas no Estado do Paraná, essencialmente a do município de Reserva, que foi o foco do presente estudo, tem demonstrado uma expressiva contribuição para que o jovem agricultor faça seus planos para viver o futuro em suas propriedades, não saindo para a área urbana em busca de emprego e deixando de contribuir para a produção de sua propriedade melhorar.

Verificando o perfil dos alunos e das famílias que eles pertencem, bem como as características de suas propriedades, foi possível perceber que os jovens alunos estão cientes de sua responsabilidade para que aconteça o progresso no campo. São jovens que não fazem descaso dos estudos, a maioria está

no período escolar correto para a idade. No aspecto econômico, a maioria pertence à baixa renda, por isso, estão conscientes da importância que eles têm para sua família, na manutenção de uma produção que traga lucros suficientes para manter os membros da família.

As características das propriedades revelam que as atividades rurais requerem mão de obra especializada para que tragam retorno financeiro. Por exemplo, foi observado que a pecuária lida com percentual elevado de produção no gado de corte e de leite. Esses serviços requerem do produtor muito empenho, pois é uma produção que lhe traz renda mensal, diferente do cultivo da lavoura, em que o agricultor só tem retorno financeiro depois do período da safra, o que significa um grande espaço entre plantar e colher para receber o lucro.

Conforme dados obtidos na pesquisa, na CFR, verificou-se que todos os aspectos são trabalhados de forma a induzir o aluno a compreender que ele precisa de conhecimento técnico, de saber utilizar as informações advindas da tecnologia para aumentar a produção, bem como saber administrar custos e lucros.

Nas entrevistas, o autor do projeto observou que as propriedades rurais da região de Reserva são bastante diversificadas em suas produções, podendo esse fato contribuir para que o agricultor saia da incerteza e passe a trabalhar sem receio do futuro, de acontecer algo com a safra, que não lhe permite lucro.

Nos estudos sobre as CFRs foi percebido que a Pedagogia de Alternância visa a que o jovem agricultor aprenda junto com sua escolarização formal a prevenir-se contra as intempéries do tempo, da oscilação do mercado, enfim, que saiba ser um administrador, um empreendedor e, sobretudo, um excelente agricultor.

Notou-se, no presente estudo, que a relevância do aprendizado nas CFRs para o jovem agricultor consiste no método pedagógico em que o primeiro passo é conceber um Plano de Estudo, depois, submetê-lo à apreciação e a sugestões, em seguida, verificar os problemas apresentados para, só depois, elaborar os temas curriculares. Portanto, ao aluno cabe utilizar seu conhecimento e fazer as reivindicações necessárias, conscientizado de que a Pedagogia da Alternância, utilizada na CFR, busca atender às necessidades das propriedades rurais e ofertar aos filhos dos agricultores conhecimento e novas práticas, equipamentos e técnicas agrícolas para que as famílias melhorem sua renda e, ao mesmo tempo, tenham maior qualidade de vida para permanecerem no campo com satisfação.

## Referências

AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná. Disponível em: <<http://www.amsop.com.br>>. Acesso em: mar. 2008.

- ARCAFAR SUL. Anais. **I Congresso Internacional da Pedagogia da Alternância**. Pato Branco, 2003.
- BRANDENBURG. A.; FERREIRA, A. D. D. Agricultura e políticas socioambientais rurais. In: RUSCHEINSKY, A. (org.) **Sustentabilidade** – uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 62-78.
- BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - **Lei de Diretrizes e bases da educação nacional** – LDB. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em 12 ago. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 10 set. 2011.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC. **Parecer CNE/CEB n. 01 de 01 de fevereiro de 2006**. Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Relatório. Brasília, 2006. Disponível em: <[portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Parecer CNE nº 5/97** - CEB - Aprovado em 7.5.97. Relatório. Disponível em: <[www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes\\_p0291-0305\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0291-0305_c.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2011.
- CALDART, R. S. Elementos para a construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. Anais. **Seminário de Educação do Campo: a construção da Identidade da Educação do Campo**. Pinhão, Paraná, mai. 2004.
- ESTEVAM, D. de O. **Casa Familiar Rural** - a formação com base na Pedagogia da Alternância. Florianópolis, Insular, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia** - saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Revista Terra Livre. São Paulo, n. 18 jul/dez de 2002, p. 95 -112.
- MOLINA, M. C., JESUS, S. M. S. A. de (Orgs.). **Por uma educação do campo** - contribuições para a construção de um projeto de educação do campo, 2004. Disponível em: <[www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/.../304](http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/.../304)>. Acesso em: 20 out. 2011.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Articulação paranaense: por uma educação do campo**. Cadernos 1, 2 e 3. Porto Barreiro, 2000.

PASSADOR, C. S. Projeto Escola do Campo: Casas Familiares Rurais do Estado do Paraná. In: FARAHA, M. F.S.; BARBOZA, H. B. (ORGS.) **Novas experiências de gestão pública e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Disponível em: <[www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1625/1/tese.pdf](http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1625/1/tese.pdf)>. Acesso em 10 ago. 2011.

QUEIROZ, J. B. P. de. Construção das escolas famílias agrícolas do Brasil. Ensino médio e educação profissional. 210f; 2004. Tese (Doutorado em Sociologia da Educação) Universidade de Brasília. Brasília.

RIBEIRO, M. **Contradições na relação trabalho-educação do campo**: a Pedagogia da Alternância. Trabalho & Educação. Brasília - DF, v,17, n. 2, maio/jun/ago. 2008.

SILVA, L. H. da. Modalidade, representações e práticas de alternância na formação de jovens agricultores. **Revista Formação por Alternância**. Brasília: Unefab, Ano 1, jul. 2006.